

Paper
#6



Food for Justice

Power, Politics
and Food Inequalities
in a Bioeconomy

2022

Retrato da situação de segurança alimentar em Belo Horizonte.

Marco Antonio Teixeira, Eryka Galindo, Maria Júlia Vergueiro,
Adriana Aranha, Rafael Claro, Larissa Mendes, Milene Pessoa,
Melissa de Araújo, Gabriel Ornelas e Renata Motta

A publicação **Food for Justice Working Paper Series** tem o propósito de disseminar resultados de projetos de pesquisa em andamento sobre alimentação em interface com debates sobre desigualdades, poder, política e bioeconomia a fim de encorajar a troca de ideias e o debate acadêmico.

–
EDITORES(AS)
Renata Motta e Marco Antonio Teixeira

–
ASSISTENTE EDITORIAL
Lea Zentgraf

–
PROJETO GRÁFICO
Débora Klippel · DKdesign

A inclusão de um artigo na *Food for Justice Working Paper Series* não impede a publicação deste texto em outro meio. Os direitos autorais são dos(as) próprios(as) autores(as) dos artigos e são baseados na licença Refubium da FU Berlin. Os artigos que contêm figuras e imagens de propriedade de outros(as) autores(as) e instituições são utilizados aqui com a devida permissão.

COPYRIGHT PARA ESTA EDIÇÃO:

© Teixeira, Marco Antonio; Galindo, Eryka; Vergueiro, Maria Júlia; Aranha, Adriana; Claro, Rafael; Mendes, Larissa; Pessoa, Milene; De Araújo, Melissa; Ornelas, Gabriel; Motta, Renata.

Citação:

Teixeira, Marco Antonio, Eryka Galindo, Maria Júlia Vergueiro, Adriana Aranha, Rafael Claro, Larissa Mendes, Milene Pessoa, Melissa de Araújo, Gabriel Ornelas, Renata Motta. 2022. Retrato da situação de segurança alimentar em Belo Horizonte. *Food for Justice Working Paper Series*, no 6. Berlin: Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy.

ISBN: 978-3-96110-457-4

O Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia” está sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos [LAI] da Freie Universität Berlin. É financiado por um período de 5 anos (2019–2024) pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha [BMBF]. Alimento para Justiça investiga mobilizações sociais que se contrapõem às injustiças no sistema alimentar e inovações sociais e políticas que enfrentem as desigualdades que comprometem a segurança alimentar, tais como as desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade. Todos os Working Papers estão disponíveis gratuitamente no nosso site: <https://www.lai.fu-berlin.de/food-for-justice>

FREIE UNIVERSITÄT BERLIN
Junior Research Group Food for Justice
Boltzmannstraße 1
D-14195 Berlin
foodforjustice@lai.fu-berlin.de



PARCERIAS:



EXECUÇÃO:



FINANCIADO POR:



Resumo

Esta publicação analisa a situação de insegurança alimentar na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais e município reconhecido nacionalmente por um histórico de execução de políticas públicas de segurança alimentar. Os dados analisados foram coletados por meio de pesquisa de opinião pública representativa da população belo-horizontina, realizada em pontos de fluxo distribuídos em 113 bairros entre os dias 7 e 27 de abril de 2022. Esta pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, da Freie Universität Berlin [Alemanha], em parceria com pesquisadoras/es do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde [GEPPAAS] da Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], do Fórum de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar de Belo Horizonte, da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte, do Instituto Fome Zero [IFZ] e Centro de Estudos das Metrôpoles da Universidade de São Paulo [CEM/USP]. Os percentuais de insegurança alimentar verificados no município de Belo Horizonte são semelhantes aos registrados por pesquisas recentes realizadas em escala nacional, sendo a insegurança alimentar leve presente em 30,1% dos domicílios, a moderada em 12,4% dos casos e a grave em 13,2%. Verificou-se que domicílios chefiados por única pessoa do sexo feminino (63,3%) ou de raça ou cor parda (57,3%) e preta (68,4%), ou ainda, quando tinham em sua composição crianças de até 4 anos (66,9%) ou crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (64,7%) apresentavam maior frequência de insegurança alimentar, somados os seu três gradientes. A frequência de insegurança alimentar é também maior nos domicílios cuja renda per capita é equivalente a até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (R\$ 303,00, trezentos e três reais) (86,9%). A insegurança alimentar se reproduz a partir do entrelaçamento de desigualdades, o que exige um conjunto amplo de ações que venham a superar tais assimetrias, o que inclui uma ação estatal que articule diferentes níveis e esferas de poder, com participação popular, e de abordagem intersetorial, que integre e assegure um conjunto de direitos e políticas à população mais vulnerável.



PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar, desigualdades alimentares, políticas públicas, Belo Horizonte.

Abstract

This publication analyses the food insecurity situation in the city of Belo Horizonte, the capital of the Brazilian state Minas Gerais. Belo Horizonte is publicly recognized for its history of implementing public policies on food security. The data analyzed was collected through a public opinion survey representative of the population of Belo Horizonte, with data collection carried out in areas with high pedestrian flow distributed in 113 neighborhoods from 7 to 27 April 2022. The Research Group Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in the Bioeconomy, based at the Freie Universität Berlin (Germany), coordinated this data collection in cooperation with researchers from the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), the Forum of Researchers on Food Sovereignty and Food Security of Belo Horizonte and the Undersecretariat of Food Security and Nutrition of the Mayor of Belo Horizonte, the Zero Hunger Institute (IFZ) and the Centre for Metropolis Studies of the University of São Paulo (CEM/USP). The percentages of food insecurity verified in the municipality of Belo Horizonte are similar to those recorded by recent surveys conducted on a national scale, with mild food insecurity present in 30.1% of households, moderate in 12.4% of cases and severe in 13.2%. It was verified that domiciles headed by a single female person (63,3%) or by someone who was racialized as brown (57,3%) or black (68,4%), or still, when the household had in its composition children up to 4 years old (66.9%) or children and teenagers from 5 to 17 years old (64.7%) presented greater frequency of food insecurity, summed its three gradients. The frequency of food insecurity is also higher in households whose per capita income is equivalent to up to 1/4 of the minimum wage (R\$303,00, three hundred and three reais), 86.9%. Food insecurity is reproduced by the entanglement of inequalities, which requires a broad set of actions to overcome such asymmetries, which includes a state action that articulates different levels and spheres of power, with popular participation, and an intersectoral approach, which integrates and ensures a set of rights and policies to the most vulnerable population.



KEYWORDS: Food security; Food inequalities; Public policies; Belo Horizonte City.

Mini biografias

Dr. Marco Antonio Teixeira, sociólogo, é Pesquisador de pós-doutorado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e líder do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). marco.teixeira@fu-berlin.de

Eryka Galindo, socióloga, é pesquisadora de doutorado do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). e.silva.galindo@fu-berlin.de

Maria Júlia Barbosa Vergueiro, internacionalista, é mestranda em Estudos Latino-Americanos na Freie Universität Berlin e trabalhou como assistente de pesquisa no Grupo Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). Atualmente é analista de políticas públicas em consultoria especializada em São Paulo. maju.vergueiro@gmail.com

Dra. Adriana Aranha, assistente social, é doutora em Administração Pública, Transformação do Estado e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), da USP e integrante da Rede Nacional de Pesquisadores de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e do Instituto Fome Zero (IFZ). adriana.veiga.aranha@gmail.com

Prof. Dr. Rafael Moreira Claro, nutricionista, é Professor Associado do Departamento de Nutrição da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência nas áreas de Nutrição em Saúde Pública e Vigilância e Monitoramento em Fatores de Risco e Proteção à Saúde, atuando principalmente nos temas: consumo alimentar e determinantes da alimentação, inquéritos em saúde, monitoramento de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT. rafael.claro@gmail.com

Prof.ª Dr.ª Larissa Loures Mendes, nutricionista, é professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). larissalouresmendes@gmail.com

Prof.ª Dra.ª Milene Cristine Pessoa, nutricionista, é professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). milenecpessoa@gmail.com

Melissa Luciana de Araújo, nutricionista, é doutoranda em Saúde e Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e coordenadora da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA/MG). melissaluciana20@gmail.com

Gabriel Mattos Ornelas, gestor público, é mestre em Ciência Política e doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É assessor na Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte. gabriellornelas@gmail.com

Prof.ª Dr.ª Renata Motta, socióloga, é Professora no Instituto de Estudos Ibero-americanos da Universidade de Heidelberg (Alemanha) e líder do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). renata.motta@fu-berlin.de

Agradecimentos

O desenvolvimento desta pesquisa foi possível por meio da conjunção de esforços e colaborações estabelecidas entre instituições e profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Assim, queremos estender nossos agradecimentos:

À toda equipe do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), responsável pela execução da pesquisa de campo e consolidação dos dados. Expressamos nosso reconhecimento, especialmente, ao trabalho realizado por Jacqueline Buckstegge (Diretora Técnica), Regiane Teixeira (Coordenadora do Projeto), Bruna Monteiro (Gestora de Projetos), Amilcar Gramacho (Analista de Dados) e Thamires Costa (Analista de Dados) e ao aos/às entrevistadores/as envolvidos/as na aplicação do instrumento de pesquisa (survey).

Aos/Às pesquisadoras que integram o Fórum de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar de Belo Horizonte por participarem desde as discussões iniciais, de concepção da pesquisa, até às acompanhamento do processo. Aos gestores da prefeitura de Belo Horizonte, por apoiarem com informações que apoiaram a elaboração do survey, a organização do campo e as análises dos dados.

À Prefeitura de Belo Horizonte, em especial, à equipe da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SUSAN, pelo suporte dado à realização dessa pesquisa. Aos gestores da prefeitura de Belo Horizonte, por compartilharem informações que apoiaram a elaboração do survey, a organização do campo e as análises dos dados.

Às/Aos entrevistadas/os que cederam, generosamente, seu tempo para participarem desta pesquisa.

Lista de Figuras

Tabela 1

Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar

Gráfico 1

Proporção de entrevistados/as segundo região administrativa de residência, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 2

Proporção de entrevistados/as segundo faixa etária, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 3

Proporção de entrevistados/as segundo sexo ou gênero, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 4

Proporção de entrevistados/as segundo raça ou cor, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 5

Proporção de entrevistados/as segundo o grau de escolaridade, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 6

Proporção da situação de ocupação dos/as entrevistados/as nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 7

Proporção da situação de ocupação dos/as entrevistados/as com trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 8

Proporção da situação de ocupação dos/as entrevistados/as sem trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 9

Proporção de renda per capita por faixa de salário-mínimo nos domicílios dos/as entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 10

Proporção da variação da renda nos domicílios dos/as entrevistados/as nos três meses anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 11

Proporção do recebimento de benefícios nos domicílios dos/as entrevistados/as nos últimos três meses, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 12

Proporção do recebimento do Auxílio Emergencial 2020/2021 nos domicílios dos entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 13

Proporção do recebimento do Bolsa Família em 2021 nos domicílios dos/as entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 14

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 15

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as por sexo do/a responsável em domicílios com único responsável, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 16

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as por raça ou cor do/a responsável em domicílios com único responsável, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 17

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por sexo do/a responsável em domicílios com dois/duas responsáveis, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 18

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por raça ou cor do/a responsável em domicílios com dois/duas responsáveis, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 19

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por quantidade de moradores do domicílio, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 20

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por grupos de idade dos/as moradores/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 21

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por renda per capita do domicílio por faixas do salário-mínimo, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 22

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por percepção de variação de renda no domicílio, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 23

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por classe social, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 24

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por situação de ocupação nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 25

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por tipo de ocupação nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 26

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as entre os não ocupados/as e inativos/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 27

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por recebimento de benefícios em âmbito federal, Belo Horizonte - MG, 2022.

Gráfico 28

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por recebimento de benefícios em âmbito estadual e municipal, Belo Horizonte - MG, 2022.

Lista de Abreviaturas e Siglas

BMBF	Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha
CadÚnico	Cadastro Único
CONSEA/ MG	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FU-Berlin	Freie Universität Berlin
GEPPAAS	Grupo de Estudos Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPAD	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados
ICLEI	Local Governments for Sustainability
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPT	Probabilidade Proporcional ao Tamanho
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede Penssan	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
VIGISAN	Inquérito Nacional de Vigilância em Segurança Alimentar

Sumário

1 Antecedentes	2
1.1 Aumento da Insegurança alimentar no Brasil	2
1.2 Reorientando o foco de ação: a contribuição de estados e municípios para a promoção da segurança alimentar	4
2 Procedimentos metodológicos	6
2.1 A definição da amostra e o trabalho de campo	6
2.2 Utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	8
3 Perfil Socioeconômico	10
3.1 Perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as	10
3.2 Perfil econômico do domicílio	14
4 Situação de (in)segurança alimentar	17
4.1 Responsáveis pelo domicílio	18
4.2 Moradores do domicílio	20
4.3 Renda	21
4.4 Classe social	23
4.5 Ocupação	24
4.6 Direitos e benefícios sociais	26
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	29
Anexo	31



Apresentação

© Motta, Renata [2020]

Esta publicação apresenta os primeiros resultados da pesquisa de opinião pública realizada no município de Belo Horizonte (Minas Gerais), em abril de 2022, e analisa a situação de segurança alimentar e nutricional e as desigualdades alimentares interseccionais relacionadas, a partir dos marcadores de gênero, raça ou cor da pele e renda. Os dados fazem parte de um questionário mais amplo, em uma pesquisa cujo objetivo foi identificar a percepção da população local sobre sua situação de segurança alimentar e nutricional, seu consumo e aquisição de alimentos, sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, as políticas locais emergenciais durante a pandemia e sua participação social e política da população de Belo Horizonte.

A pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy), sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), em parceria com pesquisadoras(es) — da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Fórum de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar de Belo Horizonte e, da Prefeitura de Belo Horizonte, do Instituto Fome Zero (IFZ) e do Centro de Estudo das Metrôpolis da Universidade de São Paulo (CEM/USP). A coleta de dados foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD).

Os percentuais de insegurança alimentar verificados no município de Belo Horizonte são semelhantes aos registrados por pesquisas recentes realizadas em escala nacional e estadual (Minas Gerais), sendo a insegurança alimentar leve presente em 30,1% dos domicílios, a moderada em 12,4% dos casos e a grave em 13,2%. Tal cenário exige a construção de ações amplas e continuadas de promoção da segurança alimentar e enfrentamento à fome, que partam da atuação coordenada entre os diferentes poderes em diálogo com a sociedade civil, para efetivação de direitos e políticas, especialmente, em nível municipal.

1 | Antecedentes

© Motta, Renata (2020)

1.1 Aumento da Insegurança alimentar no Brasil

Um conjunto de políticas de distribuição de renda, trabalho, sociais, de agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional realizadas no Brasil a partir do começo dos anos 2000 conduziram o país à saída do Mapa da Fome das Organizações das Nações Unidas, em 2014. Esta trajetória sofreu uma inflexão a partir de 2016, com o golpe parlamentar (Santos, 2017). O novo governo tomou uma série de medidas que enfraqueceram o arranjo institucional que garantiu a melhora nos índices de segurança alimentar e nutricional no país desde 2003. Dentre estas medidas, destacam-se: a Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que instituiu um novo regime fiscal para os 20 anos seguintes e ficou conhecida como “emenda do teto de gastos”, pois limitou gastos e investimentos públicos, especialmente aqueles de natureza social, até 2036; a política de flexibilização dos direitos trabalhistas; a redução dos gastos públicos com políticas sociais; e a perda do poder de compra do salário-mínimo (Teixeira, Motta, Galindo, 2021). Este processo se agravou, sobretudo, a partir do governo de Jair Bolsonaro. Somam-se aos já citados fatores de ordem econômica, um agravamento da situação da renda das famílias com o aumento do desemprego, a desvalorização do salário-mínimo e o aumento da inflação, principalmente dos alimentos. O governo Bolsonaro deu prosseguimento ao enfraquecimento de políticas sociais e, especialmente, teve como diretriz política o desmantelamento das políticas públicas de promoção da agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional e de espaços de participação social (Teixeira, Motta, Galindo, 2021). A gestão do governo Bolsonaro da pandemia fez a crise alimentar no Brasil se agravar ainda mais.

Estas medidas tiveram reflexo nos índices de segurança alimentar e nutricional. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, realizada 2017-2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a situação de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) estava presente em 36,7% dos domicílios brasileiros. Trata-se de um aumento de 14,1%, considerando-se os dados de 2013¹, que registravam o percentual de 22,6%.

1 Os dados de 2003, 2007 e 2013 foram medidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Os de 2017-2018 foram mensurados pela Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 [POF 2017/2018] (IBGE, 2020)

Em 2020, a situação se agravou ainda mais. Dados de pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia [Galindo et. al., 2021] mostraram que a insegurança alimentar chegou ao percentual de 59,4% entre os meses de agosto e dezembro de 2020. O inquérito nacional produzido pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede Penssan], denominado 1º Vigisan [Rede Penssan, 2021], registrou patamar semelhante de insegurança alimentar, que correspondia a 55,2% dos domicílios brasileiros [Rede Penssan, 2021], considerado o mesmo período de 2020.

Entre os anos de 2021 e 2022, os percentuais de famílias em situação de insegurança continuaram altos. Segundo relatório do 2º Vigisan, a insegurança alimentar passou para o patamar de 58,7% [Rede Penssan, 2022]. A insegurança alimentar grave cresceu de 9% para 15,5%, de acordo com dados do mesmo inquérito nacional. Isso representa 33 milhões de brasileiros com fome. Os dados mencionados mostram o que muitas(os) brasileiras(os) já sabem: falta comida no prato.

Para compreender o fenômeno da insegurança alimentar também é preciso atentar para as faces que ela assume em escala local. Os mais de cinco mil municípios brasileiros são marcados por contextos históricos, sociais, econômicos, culturais, demográficos e políticos próprios, que produzem maior ou menor condição política e de gestão, para a execução de ações voltadas à segurança alimentar. Pensar sobre o compartilhamento de compromissos para o enfrentamento à fome entre os diferentes entes da federação e o papel da sociedade civil, no seu debate e monitoramento, é parte do desafio.

A realização de pesquisas quantitativas representativas da população brasileira é um instrumento-chave para o monitoramento de políticas públicas, a formação da opinião pública e a construção de projetos políticos. O fenômeno da fome e, sobretudo, a forma como as desigualdades sociais e alimentares têm sido tratados pela sociedade brasileira e pelas políticas públicas têm variado ao longo das últimas décadas. Há vários anos se consolidou no Brasil uma importante escala de medida da situação da segurança alimentar, a EBIA. Após uma série de pesquisas quantitativas nacionais que têm chamado a atenção para uma deterioração gradativa da situação de segurança alimentar e o retorno da fome no Brasil, é também central a realização de pesquisas estaduais, municipais e com grupos específicos que possa orientar gestores municipais e estaduais com dados que apresentem diagnósticos da situação local.



© Motta, Renata (2020)

1.2 Reorientando o foco de ação: a contribuição de estados e municípios para a promoção da segurança alimentar

O protagonismo que o governo federal teve durante a gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no desenvolvimento e execução de políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional chamou a atenção de muitas(os) pesquisadoras(es), que passaram a, sob diferentes ângulos, analisar o sucesso, limites e efeitos das estratégias adotadas pelo poder executivo em diversos âmbitos [Burlandy, 2009; Macedo et al. 2009; Pinheiro, 2009; Grisa & Zimmermann, 2015; Hirai & dos Anjos, 2007]. Os dados nacionais levantados pelo IBGE, por meio da EBIA, ajudaram a definir o retrato nacional da situação de segurança alimentar no país. Contudo, a saída dos governos do PT do poder e o enfraquecimento das políticas de promoção de segurança alimentar e nutricional a nível nacional levaram ativistas e analistas a reorientarem parte do seu foco de ação e preocupação. Passou-se, então, a olhar com mais atenção para atores estaduais e municipais, procurando identificar a potencialidade destas gestões em promover políticas de segurança alimentar e nutricional e, por sua vez, amenizar o problema da fome. Antes negligenciados, ou secundarizados, a esfera estadual e municipal se tornou foco de atenção de alguns atores interessados no tema da segurança alimentar e nutricional².

Contudo, há uma carência de dados que mostrem a situação da segurança alimentar nos diferentes estados e municípios. Ou seja, sabe-se pouco sobre as dinâmicas locais de incidência da insegurança alimentar, condição fundamental para se conhecer melhor o fenômeno de forma a se desenvolver políticas públicas mais direcionadas.

Esta preocupação é compartilhada por diferentes atores locais que atuam na agenda da segurança alimentar e nutricional na cidade de Belo Horizonte. Dois episódios ilustram este fato. O primeiro ocorreu durante reunião preliminar de elaboração do projeto de pesquisa que viria a se tornar o grupo de pesquisa Alimento para Justiça. Durante os anos de 2017 e 2018, Renata Motta se encontrou com diversos gestores da SUSAN/SMASAC/PBH, discutindo a possibilidade de desenvolver pesquisa sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte, focalizando no seu processo participativo e na elaboração de diagnósticos e indicadores que permitissem avaliar as políticas. Desta forma, Belo Horizonte se tornou um estudo de caso do grupo de Pesquisa Alimento para Justiça. Uma das estratégias metodológicas previstas para este caso era desenvolver pesquisas quantitativas que investigassem as percepções, o acesso e impactos das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN locais, incluindo diagnósticos da situação nutricional. Esta ação foi planejada em colaboração entre Alimento para

2 Iniciativas como as da Articulação Nacional de Agroecologia, a partir do projeto Agroecologia nos Municípios, tem buscado promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional e que fortalecem a agroecologia. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

Justiça, UFMG Nutrição e gestores da SUSAN ao longo de 2019 e começo de 2020, mas foi interrompida em março de 2020, com o desencadeamento da pandemia.

O segundo episódio que ilustra a preocupação de atores locais com a construção de indicadores de SAN em Belo Horizonte aconteceu por ocasião do 2º Seminário Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, realizado em formato virtual entre os dias 26 e 28 de outubro de 2021. Na ocasião, o debate ganhou relevo, sobretudo, na aula temática “Indicadores locais de segurança alimentar e nutricional e ambiente alimentares”. Em seguida, durante a realização do Fórum de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar de Belo Horizonte³, e da Prefeitura de Belo Horizonte⁴, quando se fazia uma avaliação do evento, enfatizou-se a importância de se desenvolver mais debates e se produzir indicadores sobre segurança alimentar e nutricional na cidade de Belo Horizonte.

Do encontro entre uma iniciativa de realização de um survey sobre as políticas de SAN de Belo Horizonte o debate sobre a necessidade e importância de se ter dados atualizados sobre a situação de segurança alimentar, decidimos atuar em conjunto para a realização da presente pesquisa, que divulga parte dos seus resultados neste relatório.



© Motta, Renata (2020)

- 3 O seminário foi realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) em diálogo com a Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Política Urbana, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por meio da Diretoria de Relações Internacionais e a Empresa Municipal de Turismo Belotur, além da parceria com o Fórum de Pesquisadores/as de SAN] e ICLEI - Local Governments for Sustainability. Mais informações disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/eventos/seminariosan>
- 4 Para informações sobre o Fórum de Pesquisadoras e Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar de BH, acessar o link: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/10916>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

2 | Procedimentos metodológicos

© Motta, Renata [2020]

2.1 A definição da amostra e o trabalho de campo

A pesquisa de opinião pública representativa da população do município de Belo Horizonte foi feita de forma presencial, realizada em pontos de fluxo distribuídos em 113 bairros entre os dias 7 e 27 de abril de 2022. Foram realizadas entrevistas por meio de questionário estruturado composto de 53 perguntas, com duração total média de 20 minutos. As entrevistas passaram por testes de consistência e auditoria durante toda a fase de campo, sendo 20% das entrevistas, de cada entrevistador, auditadas para garantir a aplicabilidade e padronização necessária para excluir vieses de aplicação. Ao todo, foram realizadas 2020 entrevistas. A amostra foi desenhada estatisticamente de forma a ser representativa, com margem de erro de 2 p.p., considerando o intervalo de confiança de 95%.

Para garantir o espalhamento da amostra, utilizamos como fonte a listagem de bairros de Belo Horizonte⁵ e suas respectivas densidades populacionais de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Em seguida, aplicamos a divisão em zonas utilizadas pela prefeitura para delimitar os estratos da amostra. Ou seja, os bairros e suas respectivas densidades foram agrupados em Regiões do Município de Belo Horizonte. Posteriormente, a amostra (2020 entrevistas) foi dividida em bairros de cada estrato - região do município, pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho). Portanto, a quantidade de entrevistas destinadas a cada estrato é diretamente proporcional ao tamanho deste estrato (que foi quantificado através do agrupamento inicial).

Deste modo, a amostra foi distribuída em três etapas: 1. Estratificação por Região do Município, utilizando o método PPT para a alocação da quantidade da amostra; 2. Definição da quantidade de bairros por estrato a depender do tamanho da amostra alocada; 3. Sorteio aleatório de bairros dentro de cada estrato.

5 A divisão territorial se baseia nos parâmetros previstos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2019/COMUC/Rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20bairro%2C%20regional%20e%20territ%C3%B3rios.pdf> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

Cabe destacar que utilizamos a posição do Ranking final dos territórios de proteção socioassistencial⁶ para identificar territórios de vulnerabilidade, verificar e confirmar que estes estivessem presentes na amostra sorteada, o que de fato se confirmou.

A fim de garantir representatividade da amostra, foram cumpridas cotas definidas pelas seguintes variáveis de perfil sociodemográfico: sexo, idade e região do município, de acordo com os dados do Censo 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD 2019, produzidos pelo IBGE. Ademais, mantivemos o controle marginal da amostra por escolaridade, raça ou cor autodeclarada, faixa de renda ou classe social obtida por meio do Critério Brasil, que categoriza as classes sociais através da riqueza permanente, ou seja, utiliza como unidade analítica o domicílio e incorpora nesta análise fatores que determinam o comportamento de consumo, utilizando também variáveis como composição da família, tipo de domicílio e região geográfica⁷.

Podemos classificar as variáveis de perfil (sexo, idade, região do município) como cotas de miniaturas da população. Foram escolhidas essas variáveis com a finalidade de garantir que a amostra fosse representativa, ou seja, de forma que ela se assemelhasse ao universo. [população de Belo Horizonte]. Além das variáveis de perfil, também foram utilizadas as cotas de controle marginal, que são correlacionadas com a variável de interesse [amostra] com a finalidade de reforçar ainda mais a representatividade. Deste modo, estima-se que, cumprindo uma, a outra também siga o mesmo padrão⁸.

As cotas de perfil foram cumpridas de forma exitosa [ver tabela em anexo]. Para as cotas de controle marginal, as quais eram, por definição, passíveis de maior variabilidade, foi aplicada ponderação⁹ para calibrar os pesos das entrevistas e ajustar possíveis vieses de grupos sub representados. Garantimos, assim, a precisão nas estimativas de representatividade populacional, de acordo com o PNAD 2019.

Por fim, ao longo de todo o processo de campo, a equipe do IBPAD foi responsável por consistir previamente o banco de dados, confirmando todas as respostas e unificando o padrão de entrada dos dados coletados no banco.

6 Estabelece definição de territórios de proteção socioassistencial do município de Belo Horizonte para implantação de novos Centros de Referência da Assistência Social – 2018. O referido ranking abrange os seguintes critérios de classificação: I. Proporção de domicílios particulares permanentes em setores classificados como de vulnerabilidade elevada e muito elevada [conforme indicador composto através de dados do IBGE, CADÚNICO e INSS]; II. Proporção de adolescentes em Medidas socioeducativas; III. Proporção de famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; IV. Proporção de famílias no Serviço de Proteção Social para Pessoa com Deficiência; V. Proporção de famílias inscritas pela Equipe Proteção Social Básica Regional; VI. Proporção de solo abrangido por ocupações; VII. Proporção de solo abrangido por vilas e favelas.

7 Informações sobre o Critério Brasil encontram-se disponíveis em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

8 Esse tipo de estratégia é uma convenção adotada comumente no desenho de amostras de pesquisa de opinião com finalidade ganhar maior fluidez e eficiência no campo, pois quanto mais cotas houver, maior será a dificuldade das/os entrevistadoras/es concluir as entrevistas, conforme mostra o trabalho de El-Dash (2010).

9 A calibração dos pesos foi feita através da função rake da biblioteca survey, disponível no software estatístico livre R.

2.2 Utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Para captar a percepção da população de Belo Horizonte sobre a situação de segurança alimentar foi adotada como referência a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) [Segall-Correa et al., 2009]. Tal escolha se justifica por sua comprovada validade e coerência com a realidade brasileira, sendo instrumento consagrado e de uso sistemático, desde 2004, pelo IBGE em seus inquéritos nacionais¹⁰.

A EBIA permite identificar as situações, nos domicílios, quanto à segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA), sendo esta última captada por três gradientes: insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave, elas são definidas, segundo IBGE (2020) como:

[a] Segurança alimentar: quando a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; **[b] Insegurança alimentar leve:** quando há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos; **[c] Insegurança alimentar moderada:** quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; **[d] Insegurança alimentar grave:** redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio. [IBGE, 2020. p.22]

A escala completa se baseia em 14 perguntas que identificam a percepção sobre a situação de segurança alimentar entre moradores maiores e menores de 18 anos. Apoiada por estudos dedicados à aplicação, validação e uso de versões curtas da EBIA [Santos et al., 2014; Coelho et al., 2015; Unicef, 2020, 2021; Galindo et. al., 20121; Rede Penssan, 2021, 2022], esta pesquisa optou por utilizar as 8 primeiras perguntas que compõem a sua versão completa. Tal escolha encontra fundamento nos próprios critérios de corte prescritos pelo estudo técnico da EBIA [MDS, 2014], que indica, como se vê na tabela 1¹¹, que a aplicação das 8 primeiras perguntas (que focalizam os moradores maiores de 18 anos) permite captar os três níveis de insegurança alimentar que afetam o domicílio.

10 A EBIA foi aplicada nas Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos de 2004, 2009 e 2013 e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POFs) 2017-2018.

11 O cálculo da situação de segurança ou insegurança alimentar, proposto pela EBIA, baseia-se no número de respostas positivas para cada item da escala. Assim, para cada resposta afirmativa atribui-se o valor "1". A terceira coluna, destacada em vermelho, foi a base para a medição dos gradientes de segurança alimentar adotados nesse estudo. A coluna dois é usada nos casos de aplicação da versão completa da EBIA, com 14 questões.

Tabela 1
Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8



© Motta, Renata (2020)

3 | Perfil Socioeconômico

© Motta, Renata (2020)

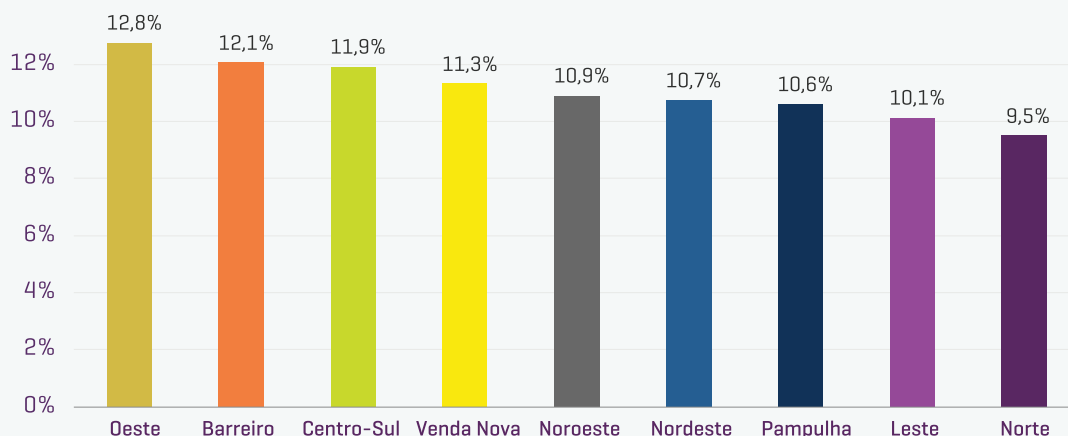
Nesta seção serão apresentados dados socioeconômicos da amostra, aplicados os cálculos de ponderação, de forma a traçar o perfil das 2020 pessoas entrevistadas e dos seus respectivos domicílios, apoiando as análises produzidas ao longo deste relatório.

3.1 Perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as

Vale destacar que os gráficos seguintes, que tratam da distribuição da amostra por região administrativa, faixa de idade e sexo, como já mencionado, refletem os cálculos de cumprimento de cotas de controle de perfil sociodemográfico, aplicados os cálculos de ponderação.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos/as entrevistados/as quanto a região administrativa de residência: 12,8% no Oeste; 12,1% em Barreiro; 11,9% no Centro-Sul; 11,3% residem na região de Venda Nova; 10,7% no Nordeste; 10,6% em Pampulha; 10,1% no Leste; e 9,5% no Norte.

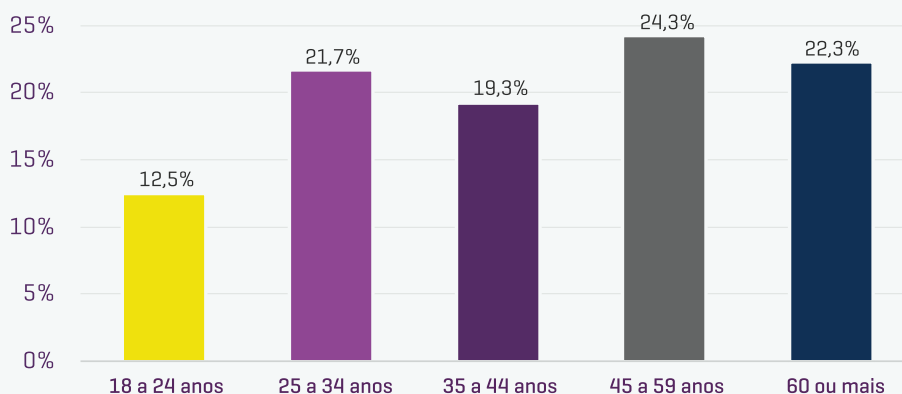
Gráfico 1
Proporção de entrevistados segundo região administrativa de residência, Belo Horizonte-MG, 2022.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao perfil etário dos/as respondentes o percentual de jovens entre 18 e 24 anos é de 12,5% e de 25 a 34 anos registra 21,7%. Para as outras faixas, a distribuição foi de 19,3% entre 35 e 44 anos; 24,3% entre 45 e 59 anos; e 22,3% com 60 anos ou mais.

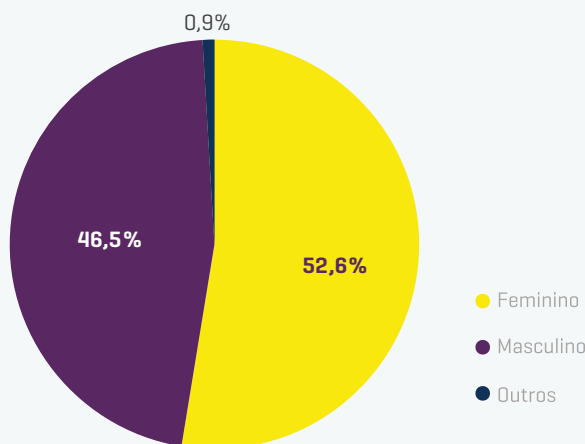
Gráfico 2
Proporção de entrevistados/as segundo faixa etária, Belo Horizonte - MG, 2022.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao sexo ou gênero, pedimos para que as pessoas respondessem a seguinte pergunta “qual o seu sexo ou gênero?”. De acordo com a resposta espontânea do/a entrevistado/a, a pessoa responsável pela aplicação do questionário enquadrava a resposta em uma das três opções: sexo feminino, sexo masculino ou outro. Assim, 52,6% das respondentes se autodeclararam do sexo feminino; 46,5% do sexo masculino; e 0,9% dos/as respondentes se identificaram como outro¹².

Gráfico 3
Proporção de entrevistados/as segundo sexo ou gênero, Belo Horizonte - MG, 2022.

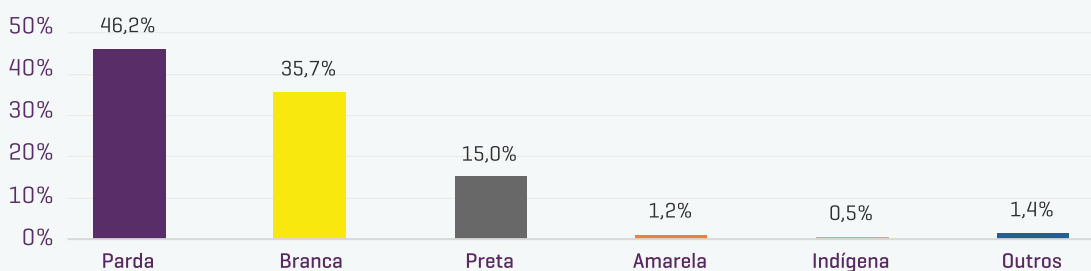


Fonte: Dados da pesquisa.

12 As respostas que compõem a categoria ‘outros’ dizem respeito à orientação sexual [bissexual, homossexual e heterossexual] ou ao gênero [não binária].

Quando perguntados/as a respeito da sua raça ou cor, quase metade dos/as participantes se identifica como pessoa de raça ou cor parda - 46,2%; 35,7% branca; 15% preta; 1,2% como amarela; 0,5% como indígena¹³; e 1,4% se autodeclararam de outras formas. Nesse sentido, mais de metade dos/as entrevistadas são negras/as [61,2%], total que reúne pessoas pretas e pardas.

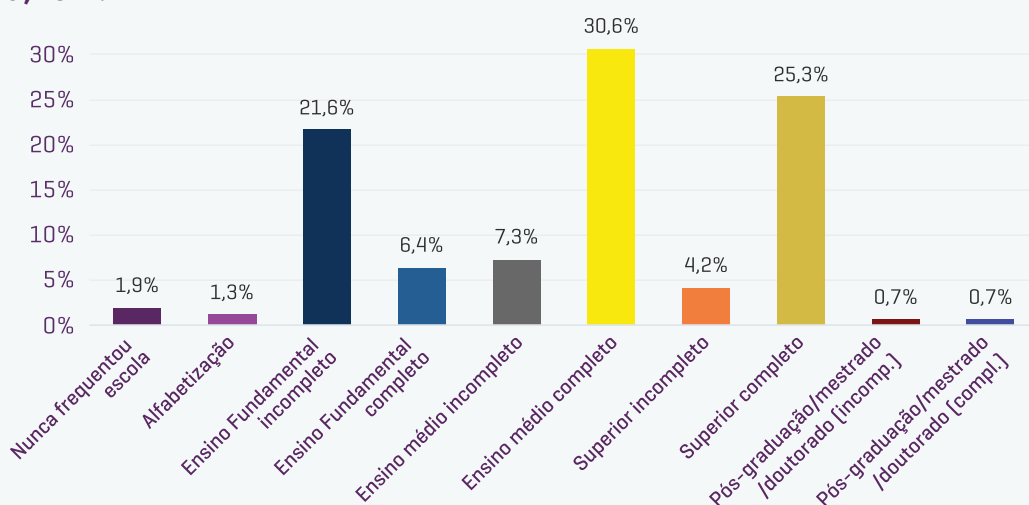
Gráfico 4
Proporção de entrevistados/as segundo raça ou cor, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 5 pessoas não souberam responder e 1 não respondeu sobre sua cor ou raça. Fonte: Dados da pesquisa.

A respeito dos níveis de escolaridade, 1,9% dos/as respondentes nunca frequentou a escola; 1,3% possuem alfabetização; 21,6% têm ensino fundamental incompleto; 6,4% têm ensino fundamental completo; 7,3% têm ensino médio incompleto; 30,6% têm ensino médio completo; 4,2% possuem ensino superior incompleto; 25,3% têm ensino superior completo; 0,7% tem algum tipo de pós-graduação incompleta; e também 0,7% conta com pós-graduação completa.

Gráfico 5
Proporção de entrevistados/as segundo o grau de escolaridade, Belo Horizonte - MG, 2022.

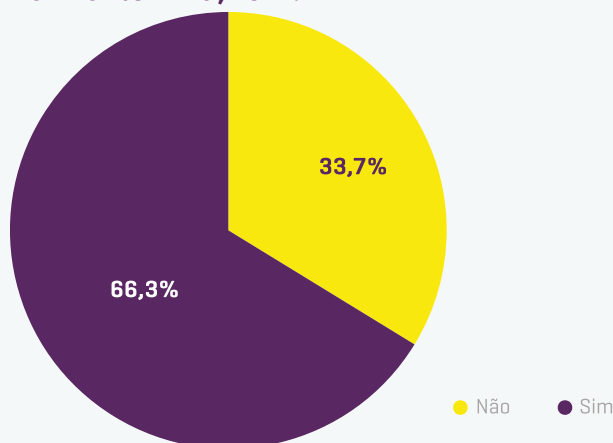


Nota: 1 pessoa não soube responder sobre escolaridade. Fonte: Dados da pesquisa.

13 Nas análises seguintes serão somados os percentuais de pessoas que se autodeclararam indígenas e amarelas, visando visibilizar a situação de segurança alimentar desses segmentos, mesmo com sua baixa representação dentro desta amostra. Assim, permanece como desafio para o desenvolvimento de pesquisas quanti e qualitativas, o desenvolvimento de metodologias que possam chegar a segmentos específicos da população, em especial, às populações indígenas residentes em áreas urbanas.

No quesito ocupação, 66,3% dos/as respondentes afirmaram ter trabalhado nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa, e 33,7% não o fizeram.

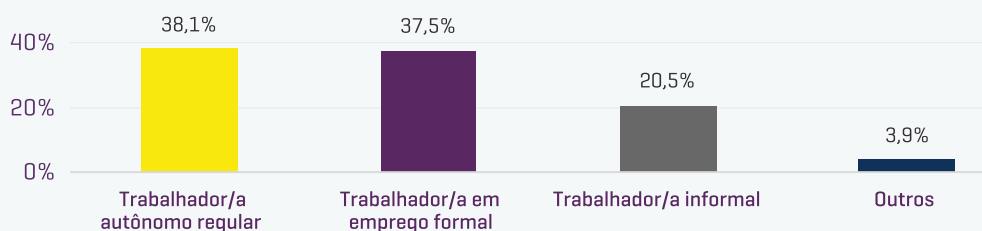
Gráfico 6
Proporção da situação de ocupação dos/as entrevistados/as nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 2 pessoas não souberam responder à pergunta. Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os 66,3% que afirmaram ter trabalhado nos 30 dias anteriores à pesquisa, as principais ocupações declaradas foram: trabalhador/a autônomo, com 38,1%; trabalhador/a em emprego formal, com 37,5%; e trabalhador/a informal, com 20,5%.

Gráfico 7
Proporção da situação de ocupação dos/as entrevistados/as com trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

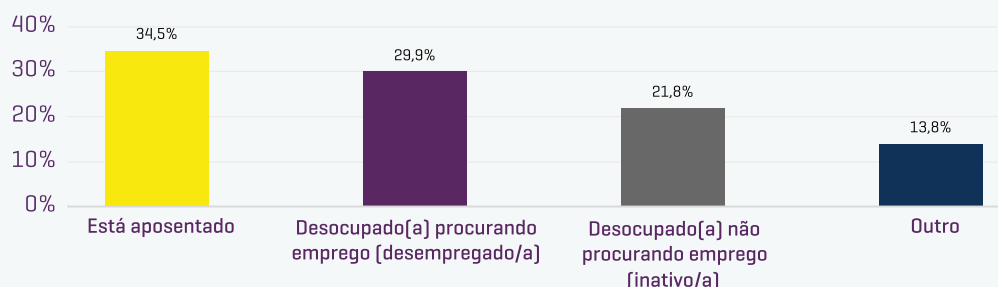


Fonte: Dados da pesquisa.

Já dentre os que não contavam com uma ocupação no período anterior à realização da pesquisa, um pouco mais de um terço [34,5%] está aposentado/a; 29,9% estão desocupados/as e procurando emprego; 21,8% estão inativos/as, ou seja, desocupados/as, mas sem procurar emprego; e 13,8% não se encontram em nenhuma das situações listadas.

Gráfico 8

Proporção da situação de ocupação dos/as entrevistados/as sem trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.



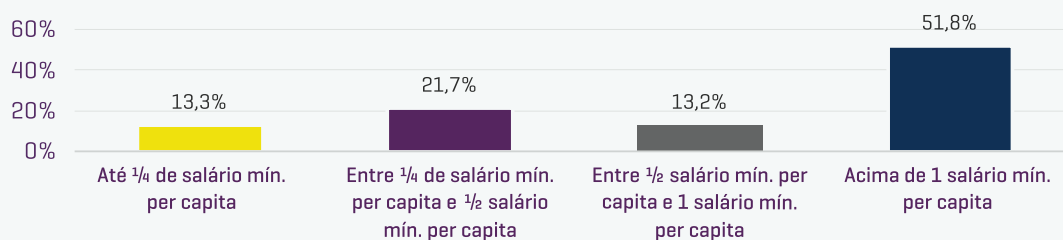
Nota: 3 pessoas não souberam responder e 2 não responderam sobre situação de não ocupação. Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 Perfil econômico do domicílio

Analisando a renda per capita a partir de faixas do salário-mínimo, conforme ilustrado no gráfico 9, identificamos que pouco mais da metade dos domicílios pesquisados [51,8%] conta com uma renda per capita acima de um salário-mínimo. A maior parte, dos 48,2% restantes, recebe entre $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo e $\frac{1}{2}$ salário-mínimo per capita - 21,7%; 13,3% recebem até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo per capita; e 13,2% recebem entre $\frac{1}{2}$ e um salário-mínimo.

Gráfico 9

Proporção de renda per capita por faixa de salário-mínimo nos domicílios dos/as entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

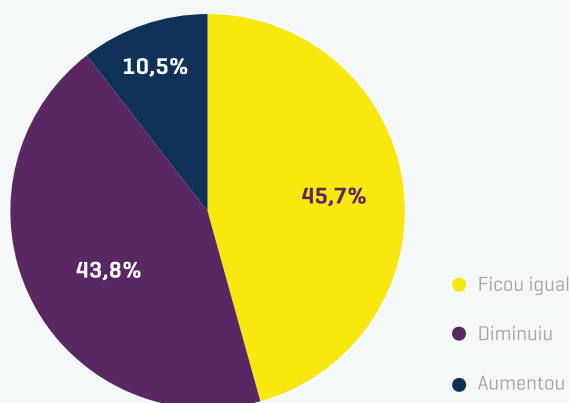


Nota: 114 pessoas não souberam responder e 32 não responderam sobre renda do domicílio. Fonte: Dados da pesquisa.

Para a maioria dos/as entrevistados/as, a renda se manteve igual [45,7%] ou diminuiu [43,8%] nos três meses anteriores à aplicação do questionário. Houve um aumento na renda do domicílio em apenas 10,5% dos casos.

Gráfico 10

Proporção da variação da renda nos domicílios dos/as entrevistados/as nos três meses anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.

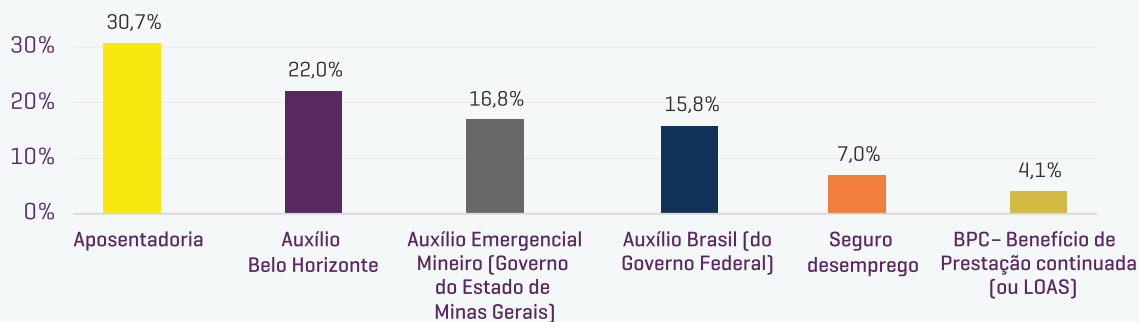


Nota: 12 pessoas não souberam responder e 7 não responderam sobre variação da renda do domicílio. Fonte: Dados da pesquisa.

Buscando levantar dados a respeito do recebimento de benefícios sociais, perguntamos se algum/a dos/as residentes de cada domicílio recebeu, nos últimos três meses, os benefícios indicados no gráfico abaixo. Dentre os direitos e benefícios mais recebidos estão a aposentadoria [30,7%] o Auxílio Belo Horizonte¹⁴ [22,0%], o Auxílio Emergencial Mineiro¹⁵, do governo estadual de Minas Gerais [16,8%] e o Auxílio Brasil¹⁶, do governo federal [15,8%].

Gráfico 11

Proporção do recebimento de benefícios nos domicílios dos/as entrevistados/as nos últimos três meses, Belo Horizonte - MG, 2022.

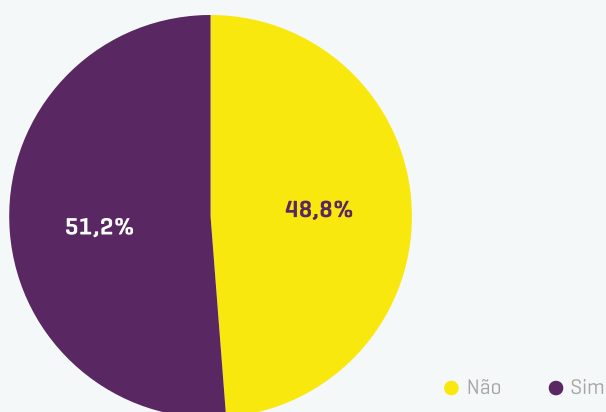


Nota: 3 pessoas não souberam responder sobre aposentadoria; 35 não souberam responder e 4 não responderam sobre o Auxílio Belo Horizonte; 32 não souberam responder e 2 não responderam sobre o BPC; 6 não souberam responder e 1 não respondeu sobre o Seguro-Desemprego; 7 não souberam responder sobre o Auxílio Brasil; e 16 não souberam responder sobre o Auxílio Emergencial Mineiro. Fonte: Dados da pesquisa.

- 14 O Auxílio Belo Horizonte é um programa assistencial, executado pela Prefeitura deste município, instituído em outubro de 2021, por meio da Lei N. 11.314, com o objetivo de assistir, por meio de subsídio financeiro, as famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e insegurança alimentar, como parte da ação do enfrentamento às consequências da pandemia da Covid-19. Informações disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasacauxiliobelohorizonte>. Acesso em 07 de dezembro de 2022.
- 15 O Auxílio Emergencial Mineiro é um benefício financeiro temporário destinado às famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza, como medida excepcional de enfrentamento às consequências econômicas e sociais da pandemia de Covid-19. Foi regulamentado em maio de 2021, por meio da Lei N° 23.801/2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/23801/2021/>. Acesso em 14 de novembro de 2022.
- 16 Instituído pela Lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021, o Auxílio Brasil é um programa social de transferência direta e indireta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Instituído pela Lei em substituição ao Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

Especificamente sobre o Auxílio Emergencial que foi disponibilizado pelo governo federal no âmbito da pandemia de Covid-19, 51,2% dos/as respondentes receberam o benefício ao longo dos anos de 2020 ou 2021.

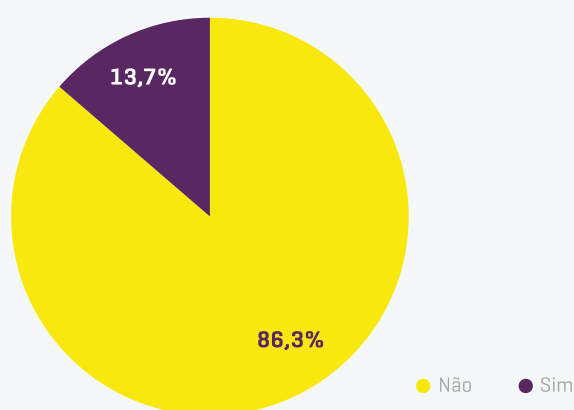
Gráfico 12
Proporção do recebimento do Auxílio Emergencial 2020/2021 nos domicílios dos entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 24 pessoas não souberam responder sobre o recebimento do Auxílio Emergencial no domicílio entre 2020 e 2021. Dados da pesquisa.

Considerando a importância do Programa Bolsa Família como principal política de transferência de renda, implementada nos últimos 18 anos no Brasil¹⁷, perguntamos se algum dos/as moradores/as do domicílio recebeu o benefício ao longo do ano de 2021. Pode-se identificar, pelo gráfico seguinte, que 13,7% dos/as entrevistados/as contavam em seu domicílio com ao menos um/a beneficiário/a do programa.

Gráfico 13
Proporção do recebimento do Bolsa Família em 2021 nos domicílios dos/as entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 12 pessoas não souberam responder sobre o recebimento do Bolsa Família no domicílio em 2021. Fonte: Dados da pesquisa.

17 Outubro de 2021 foi o último mês de execução do Bolsa Família, que foi substituído por um novo programa de transferência de renda denominado Auxílio Brasil. Para mais informações: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2021/11/08/calendario-bolsa-familia-2021-auxilio-brasil-consulta-cpf-pagamento.html>

4 | Situação de (in)segurança alimentar

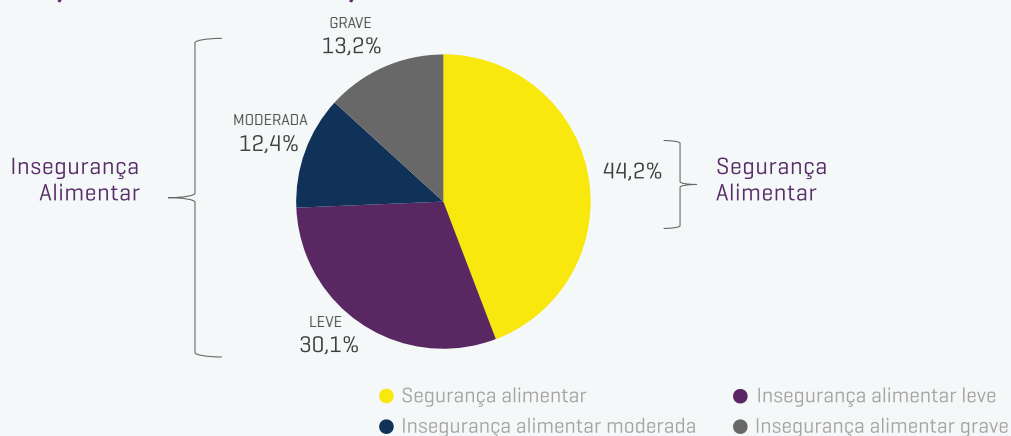
© Motta, Renata (2020)

Adotados os critérios de medida da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, identificamos que os resultados no município de Belo Horizonte convergem com as tendências verificadas nacionalmente de grande presença de insegurança alimentar nos lares brasileiros.

Segundo o II Vigisan (Rede Penssan, 2022), 28,0% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar leve, 15,2% e 15,5% em insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente. Sendo de 41,3% o percentual de segurança alimentar em âmbito nacional. Com relação aos dados estaduais, verifica-se que em Minas Gerais a frequência de insegurança alimentar leve, moderada e grave são, respectivamente, 28,3%, 16,0% e 8,2%, e o percentual de segurança alimentar de 47,5% (Rede Penssan, 2022).

Os percentuais de insegurança alimentar verificados no município de Belo Horizonte são semelhantes aos registrados em escala nacional, sendo a insegurança alimentar leve presente em 30,1% dos domicílios, a moderada em 12,4% e a grave em 13,2%. Com relação à situação de segurança alimentar neste município, vê-se uma frequência de 44,2%.

Gráfico 14
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, Belo Horizonte - MG, 2022.

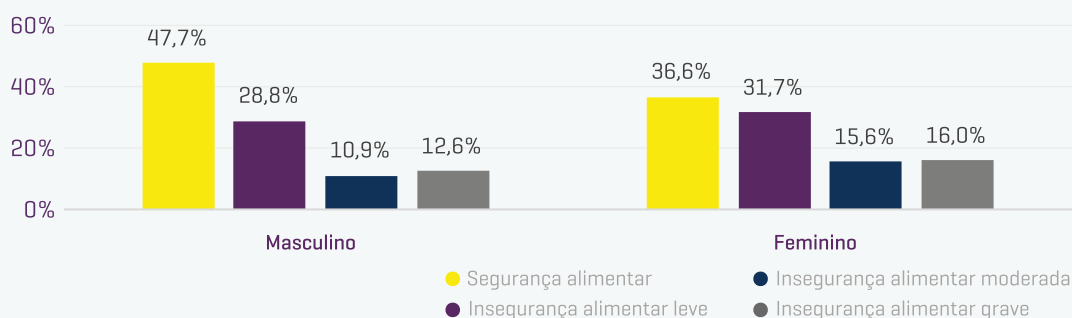


Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar.
Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 Responsáveis pelo domicílio

O percentual de domicílios em segurança alimentar é de 47,7% entre os que contam com um único responsável do sexo masculino. Este é, inclusive, um percentual pouco maior do que o verificado no município [de 44,2%]. Já entre os domicílios com uma única responsável do sexo feminino, o dado alcança 36,6%. Todos os estratos de insegurança alimentar apresentam proporções menores em lares cujo único responsável é uma pessoa do sexo masculino, do que naqueles cujo único responsável é uma pessoa do sexo feminino. O que evidencia a correlação entre marcadores de gênero e insegurança alimentar, tornando mais desiguais as condições enfrentadas por mulheres, chefes de família, para garantir segurança alimentar em seus domicílios.

Gráfico 15
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as por sexo do/a responsável em domicílios com único responsável, Belo Horizonte - MG, 2022.



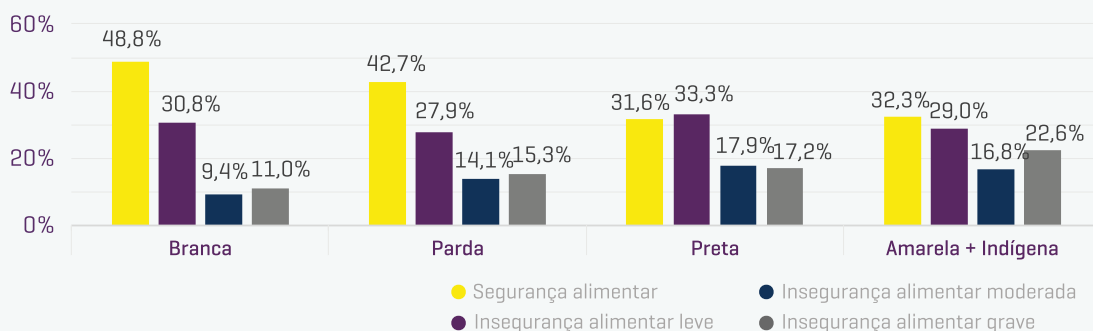
Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 5 não souberam responder e 3 não responderam sobre o sexo do/a único/a responsável do domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa.

Observando esses mesmos domicílios [com apenas um responsável principal] a partir da cor ou raça do/a responsável, notamos que as situações de segurança alimentar são mais frequentes entre os lares chefiados por pessoas de cor ou raça branca. Enquanto 48,8% dos domicílios chefiados por uma pessoa branca estão em situação de segurança alimentar, no caso de pessoas pardas esse dado é de 42,7%; e, de pessoas pretas, 31,6%.

Quando analisada a situação de insegurança alimentar grave, vê-se que ela atingiu 15,3% dos domicílios com responsáveis de raça ou cor parda e 17,2% preta, enquanto entre os domicílios cujo responsáveis são de raça ou cor branca essa proporção vai para 11%.

Quando se analisa a incerteza ou preocupação sobre se o domicílio terá acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, situação que caracteriza a insegurança alimentar leve, chama a atenção o fato de a população branca e não-branca apresentar percentuais aproximados: 33,3% pessoas de raça ou cor preta; 30,8% branca; 27,9% parda.

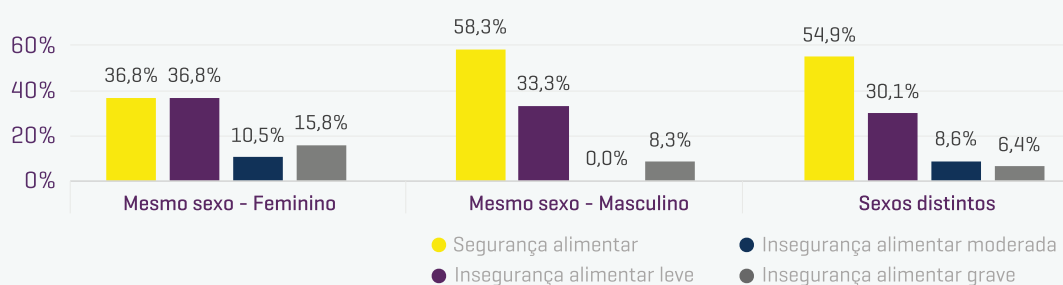
Gráfico 16
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as por raça ou cor do/a responsável em domicílios com único responsável, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 18 pessoas declararam 'Outra' raça ou cor do/a única/a responsável do domicílio; 11 não souberam responder e 6 não responderam a raça ou cor do/a única/a responsável do domicílio. Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando as situações em que os domicílios contam com dois responsáveis, identificamos que nos casos em que estes são do sexo masculino a segurança alimentar alcança 58,3% dos domicílios, seguida de 54,9% em contextos em que os responsáveis são de sexo distintos, ou seja, um homem e uma mulher. Quando esses lares são chefiados por duas mulheres, a segurança alimentar atinge o percentual de 36,8%. É também nos domicílios que contam com duas mulheres responsáveis que a insegurança alimentar grave assume maior proporção, chegando a 15,8%.

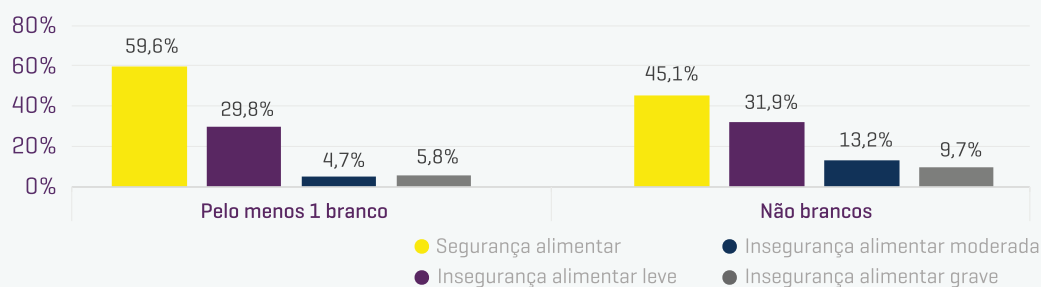
Gráfico 17
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por sexo do/a responsável em domicílios com dois/duas responsáveis, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar. Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à raça ou cor dos dois responsáveis, verificamos que a segurança alimentar é uma realidade em 59,6% dos lares com pelo menos um/a dos responsáveis de raça ou cor branca. Em contrapartida, esse dado é de 45,1% nos domicílios em que nenhum dos responsáveis são de raça ou cor branca. As proporções de insegurança alimentar grave são de 5,8% nos lares que contam com ao menos um responsável de cor ou raça branca e 9,7% em que nenhum deles é de cor ou raça branca. Em se tratando da situação de insegurança alimentar leve as proporções são semelhantes nos dois grupos analisados.

Gráfico 18
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por raça ou cor do/a responsável em domicílios com dois/duas responsáveis, Belo Horizonte - MG, 2022.



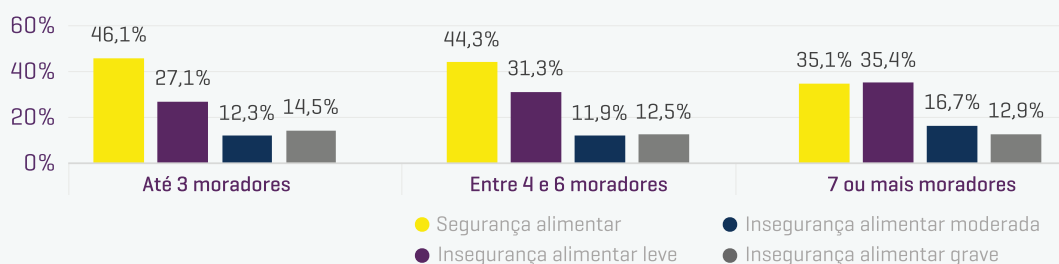
Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar.
 Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Moradores do domicílio

É possível identificar que a segurança alimentar é mais frequente entre os domicílios com até 3 moradores [46,1%]. Em se tratando das residências cuja composição inclui 4 a 6 moradores, a segurança alimentar atinge 44,3% desses domicílios. O percentual é de 35,1% dos lares com 7 ou mais pessoas residentes.

Nos lares com até três moradores a insegurança alimentar grave alcança percentual levemente mais alto, atingindo 14,5% deles, enquanto esta proporção chega a 12,5% e 12,9% entre os lares com 4 e 6 moradores e 7 ou mais, respectivamente.

Gráfico 19
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por quantidade de moradores do domicílio, Belo Horizonte - MG, 2022.

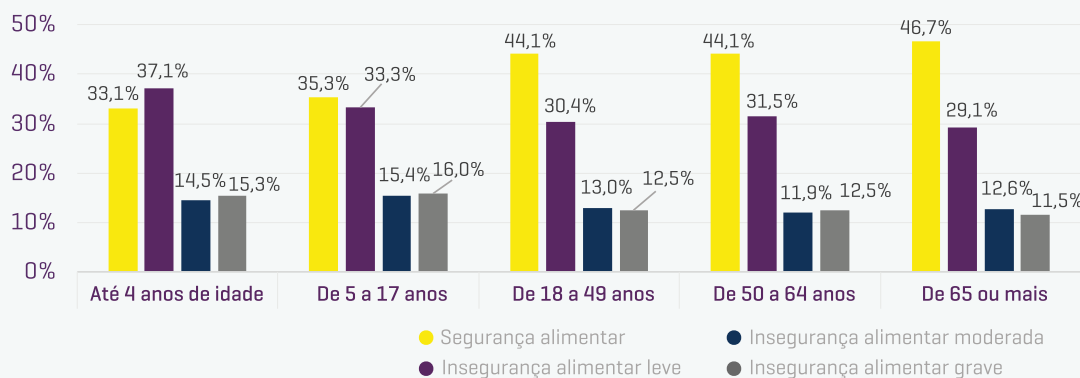


Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar.
 Fonte: Dados da pesquisa.

As crianças são especialmente impactadas por situações de insegurança alimentar. Os dados de Belo Horizonte confirmam essa desigualdade. Nos domicílios com crianças de até 4 anos, menos de um terço do total está em situação de segurança alimentar [33,1%] e entre os lares com crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos o percentual é de 35,3%.

O percentual de lares com moradores idosos, de 65 anos ou mais, em situação de segurança alimentar alcança os 46,7%. A insegurança alimentar grave está presente em 16% dos domicílios que contam com crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 17 anos e em 15,3% dos lares com crianças até os 4 anos de idade.

Gráfico 20
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por grupos de idade dos/as moradores/as, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar.
 Fonte: Dados da pesquisa.

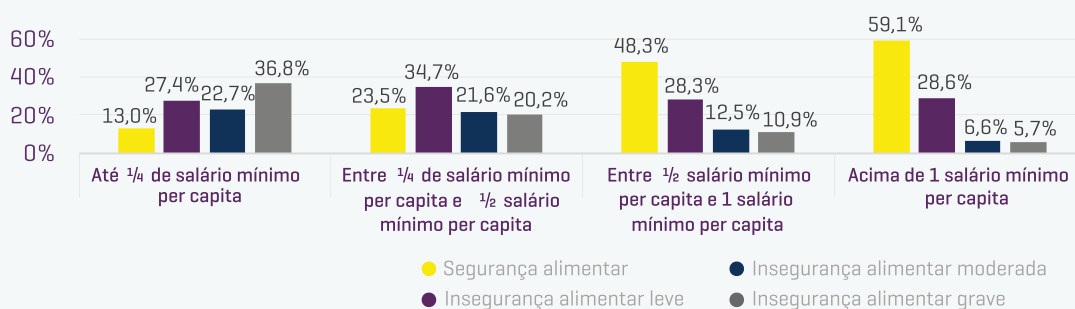
4.3 Renda

As análises a seguir consideram os perfis de faixas de renda tendo por referência o salário-mínimo no Brasil e as percepções sobre a oscilação na renda do domicílio.

Como verificamos no gráfico seguinte, os domicílios com maior faixa de renda registram maior frequência de segurança alimentar. 59,1% dos domicílios que possuem renda per capita acima de um salário-mínimo estão em situação de segurança alimentar – situação que também prevalece entre os domicílios que recebem de $\frac{1}{2}$ a 1 salário-mínimo per capita [48,3%].

Entre as residências que contam com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo per capita, 36,8% delas estão em situação de insegurança alimentar grave, sendo também significativas a frequência de insegurança alimentar leve [27,4%] e moderada [22,7%]. Nos domicílios que recebem entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo per capita as proporções são de 34,7% de insegurança alimentar leve, 21,6% de insegurança alimentar moderada e 20,2% grave. O que confirma a importância da renda como variável de acesso aos alimentos, influenciando, por consequência, maior ou menor exposição à insegurança alimentar.

Gráfico 21
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por renda per capita do domicílio por faixas do salário-mínimo, Belo Horizonte - MG, 2022.

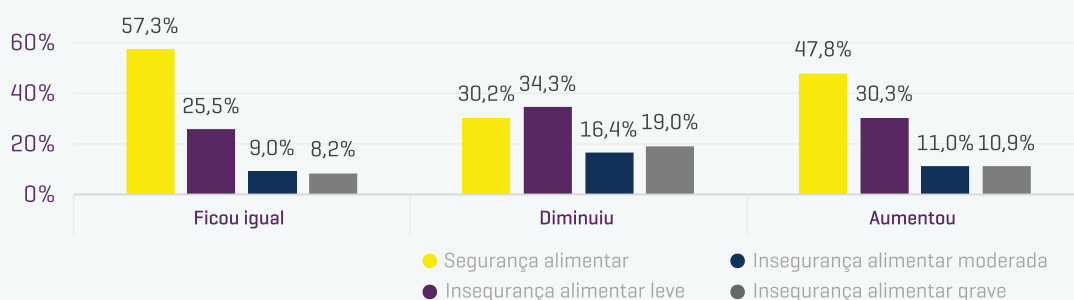


Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 114 pessoas não souberam responder e 32 não responderam sobre a renda do domicílio. Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa também buscou entender os graus de insegurança alimentar de acordo com a variação de renda nos domicílios, considerados os três meses anteriores à sua realização. O percentual de domicílios em segurança alimentar foi de 57,3% entre os que afirmaram não ter sofrido variação da renda para mais ou para menos, ou seja, os que declararam que a renda se manteve igual.

Dentre os que tiveram um aumento na renda, a situação de segurança alimentar se verificava em 47,8% deles¹⁸; e dentre os que tiveram uma diminuição na renda, a segurança alimentar ocorreu em 30,2% dos casos. Em linhas gerais, os dados indicam que a situação é pior nos lares que tiveram diminuição da renda.

Gráfico 22
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por percepção de variação de renda no domicílio, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 11 pessoas não souberam responder e 8 não responderam sobre a percepção da variação da renda no domicílio. Fonte: Dados da pesquisa.

18 Cabe aqui considerar que a pesquisa buscou identificar a percepção dos/as entrevistados/as sobre a oscilação da renda, não captando exatamente a melhoria de renda em termos reais, não incluiu questões sobre os patamares de renda de origem, nem tampouco qual o incremento real da renda. Assim o aumento pode representar montantes mais altos ou mais baixos.

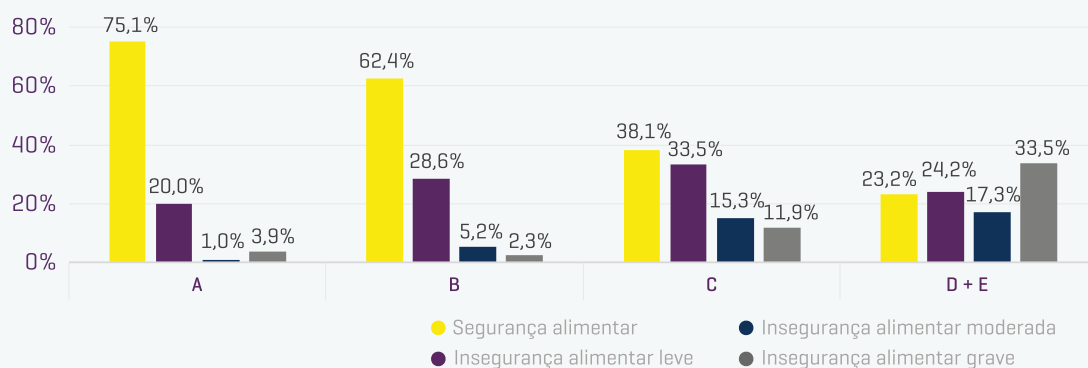
4.4 Classe social

As classes sociais foram aqui definidas de acordo com a metodologia proposta pelo Critério Brasil. O Critério Brasil define as classes sociais a partir de uma combinação entre a capacidade de consumo e a renda média de cada região. É mapeada uma série de variáveis como a renda média comprovada, as condições de moradia, o nível de acesso a determinados bens duráveis, o grau de instrução do/a chefe de família e o acesso a serviços públicos. Dessa forma, os estratos¹⁹ são definidos a partir dos resultados obtidos pela combinação entre os diferentes indicadores, que variam conforme a região do país.

A segurança alimentar é mais frequente entre as residências que compõem as classes A e B, perfazendo o percentual de 75,1% e 62,4%, respectivamente, sendo essas as classes em melhores condições socioeconômicas. Já entre as classes C e D+E, as porcentagens de segurança alimentar registram 38,1% e 23,2%, respectivamente.

O mesmo padrão se reflete nos dados sobre insegurança alimentar: dentre os domicílios da classe A e B, 3,9% e 2,3%, respectivamente, se encontram em insegurança grave. Já nas classes C e D+E a insegurança alimentar grave atinge 11,9% e 33,5% dos domicílios, respectivamente.

Gráfico 23
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por classe social, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar.
Fonte: Dados da pesquisa.

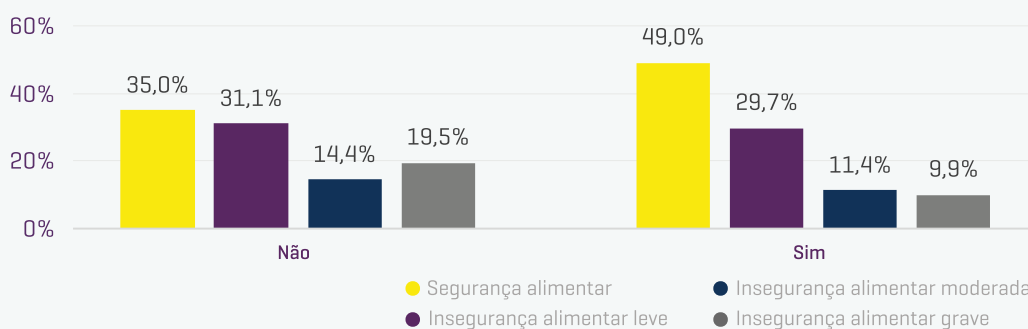
19 Os estratos são representados pelas letras A, B, C, D, E. Sendo que a "classe A" equivale a combinação dos indicadores socioeconômicos analisados em melhores patamares, e as "classes D" e "E" nos patamares mais baixos.

4.5 Ocupação

Considerando a situação de ocupação dos/as entrevistados/as, ou seja, se estavam ou não ocupados nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa e em que atividades, há um quadro de maior presença de insegurança alimentar nos domicílios nos quais o/a entrevistado/a não possui ocupação²⁰.

Nos lares nos quais pelo menos um dos seus moradores, no caso o/a entrevistado/a, estava sem ocupação nos últimos 30 dias, a segurança alimentar alcançou 35,0% dos domicílios. No caso dos lares em que o/a entrevistado/a estava ocupado/a, o percentual de SA alcança 49,0%. Isso se deve aos efeitos da renda sobre a situação de segurança alimentar, aspecto já documentado pela literatura do tema [Hoffmann, 2013; Panigassi et al., 2008]. Por sua vez, a insegurança alimentar foi mais frequente entre o grupo que se declarou sem ocupação: 31,1% dos/as respondentes sem ocupação vivem em domicílios em situação de insegurança alimentar leve; 14,4% em insegurança alimentar moderada; e 19,5% em insegurança alimentar grave.

Gráfico 24
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por situação de ocupação nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.



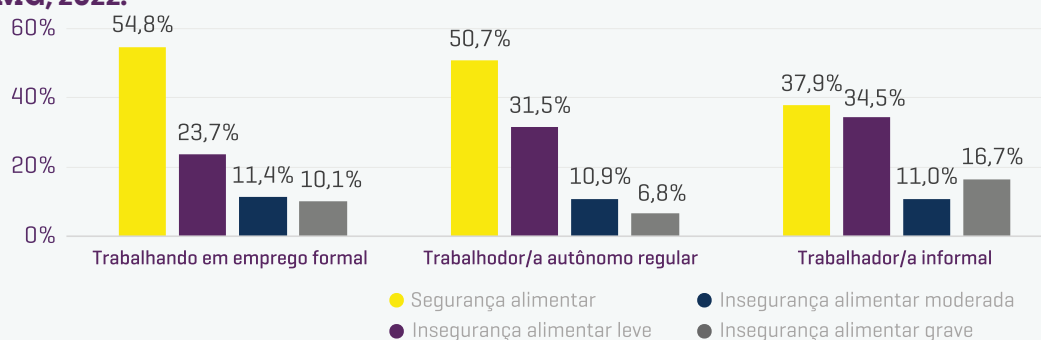
Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar. 2 pessoas não souberam responder sobre a situação ocupacional. Fonte: Dados da pesquisa.

No intuito de observar mais detalhadamente a relação entre ocupação e emprego e segurança e insegurança alimentar, analisamos as três formas de ocupação mais mencionadas pelas/os entrevistadas/os. Identificamos que mais da metade dos/as trabalhadores/as autônomos/as regulares [50,7%] e em emprego formal [54,8%] estão em situação de segurança alimentar, enquanto dentre os/as trabalhadores/as informais esse valor é de 37,9%. Por sua vez, o percentual de insegurança alimentar grave é maior nos domicílios em que o/a entrevistado/a se identifica como trabalhador/a informal [16,7%]. No caso dos que estão em emprego formal e são trabalhadores/as autônomos/as regulares²¹, os percentuais de insegurança alimentar grave são 10,1% e 6,8%, respectivamente.

20 Os dados sobre ocupação e desocupação desta pesquisa se referem ao entrevistado/a. Por isso, procuramos analisar os impactos da ocupação ou não deste entrevistado/a sobre a situação de segurança ou insegurança alimentar do domicílio, sem especificar se esta pessoa é, ou não, a responsável pelo lar.

21 Os dados sobre a ocupação se referem ao entrevistado/a, sem especificar se esta pessoa é, ou não, a responsável pelo lar.

Gráfico 25
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por tipo de ocupação nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.



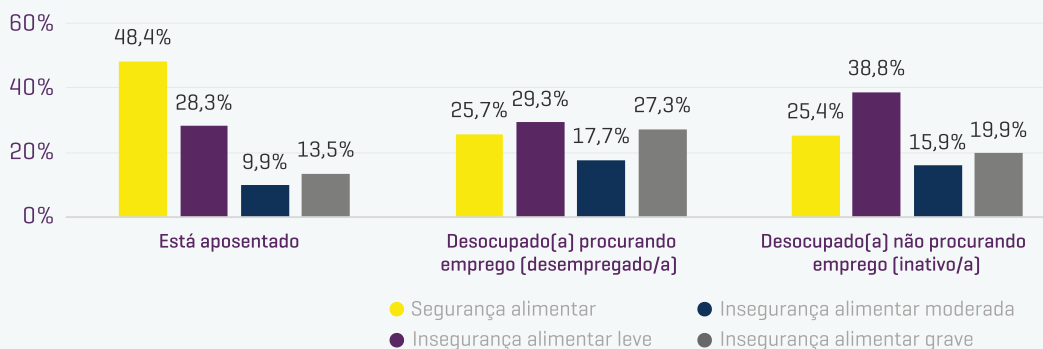
Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 52 pessoas se inserem em outras categorias de atividades profissionais. Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os/as entrevistados/as que não possuíam ocupação à época da realização da pesquisa, a situação de segurança alimentar foi mais frequente entre os aposentados/as (48,4%), seguida pelos desocupados à procura de emprego (25,7%) e desalentados (25,4%) – aqueles/as trabalhadores/as que estão desocupados e desistiram de buscar trabalho.

Vemos que a insegurança alimentar está mais presente nos lares em que os entrevistados/as declararam estar desempregados/as e os/as desalentados/as. Para cada um dos dois grupos, o percentual de insegurança alimentar grave é de 27,3% e 19,9%, respectivamente. Entre os/as aposentados/as ela alcança 13,5%.

Os efeitos de uma política de aposentadoria baseada em remuneração mensal não menor que um salário-mínimo pode justificar melhores possibilidades de acesso a alimentos e, portanto, à segurança alimentar.

Gráfico 26
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, entre não ocupados/as e inativos/as nos 30 dias anteriores à pesquisa, Belo Horizonte - MG, 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 94 pessoas se inserem em outras categorias de não ocupação; 3 não souberam responder e 2 não responderam sobre sua situação de não ocupação. Fonte: Dados da pesquisa.

4.6 Direitos e benefícios sociais

Foram levantados dados a respeito do recebimento de direitos e benefícios sociais nos domicílios entrevistados, buscando identificar se pelo menos um/a morador/a recebeu ao menos um dos seguintes Programas: Aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Seguro Desemprego, Auxílio Brasil (Governo Federal), Auxílio Emergencial Mineiro, Bolsa Família (em 2021), Auxílio Belo Horizonte e Auxílio Emergencial (Governo Federal - 2020 e 2021).

Quando analisadas a situação de segurança alimentar nos domicílios beneficiados com esses Programas, como apresentado no gráfico abaixo, constatamos que os auxílios cujas condicionalidades de acesso não estão restritas a perfis de beneficiários em maior vulnerabilidade socioeconômica, a segurança alimentar é mais frequente. Nesse caso destacam-se os domicílios que contam com aposentadoria e auxílio desemprego, que registram percentuais de segurança alimentar na ordem de 46,9%, ambos. Tanto aposentadoria como o seguro-desemprego são direitos assegurados por lei, condicionados a tempo de contribuição, tempo de serviço e/ou idade, tornando o público beneficiário mais heterogêneo. Já o Bolsa Família, Auxílio Brasil, Auxílio Emergencial Mineiro e Auxílio Belo Horizonte são direcionados, principalmente, a segmentos da população de baixa de renda e de limitado acesso a direitos e serviços. Nesse sentido, tais desigualdades socioeconômicas tornam esses grupos sociais mais expostos à insegurança alimentar.

Em relação aos/às beneficiários/as das demais políticas assistenciais, pode-se reconhecer uma combinação de desigualdades estruturais de renda, gênero, raça ou cor, dentre outras variáveis, que requerem medidas estruturais de superação dessas assimetrias, dentre as quais políticas de redistribuição de renda cumprem um importante papel.

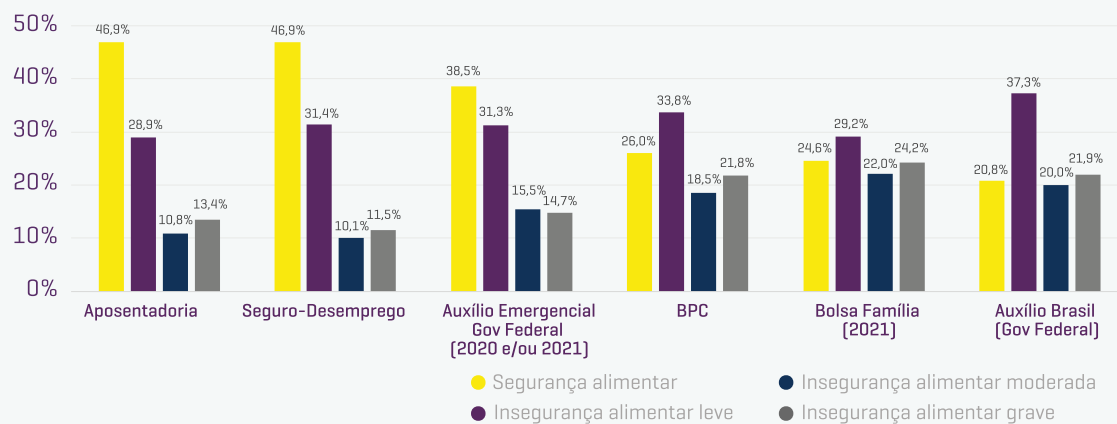
Se por um lado, os dados informam que a insegurança alimentar grave é mais frequente nos domicílios que contam com beneficiários do Bolsa Família (24,2%), Auxílio Emergencial Mineiro (24,2%), Auxílio Belo Horizonte (23,5%), Auxílio Brasil (21,9%) e Benefício de Prestação Continuada (21,8%), por outro pode-se concluir que a não existência desses benefícios nos domicílios que acessaram, limitaria ainda mais as possibilidades de aquisição de alimentos, podendo-se esperar um percentual ainda mais baixo de segurança alimentar.

O caso Auxílio Emergencial do governo federal combinou um perfil mais heterogêneo de beneficiários/as, que incluía não só os mais pobres, mas também pessoas que estavam previamente inseridas no mundo do trabalho e que tiveram seus postos e atividades de trabalho ameaçados pela pandemia. Nesse caso, verifica-se que o percentual de segurança alimentar entre estes domicílios é de 38,5% e a insegurança alimentar grave é de 14,7%, estando mais próximo das frequências verificadas nos domicílios que acessaram aposentadoria e seguro-desemprego.

O próprio registro de insegurança alimentar nesses percentuais parece indicar que as referidas políticas assistenciais têm alcançado o público ao qual se destinam, os que se encontram em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Gráfico 27

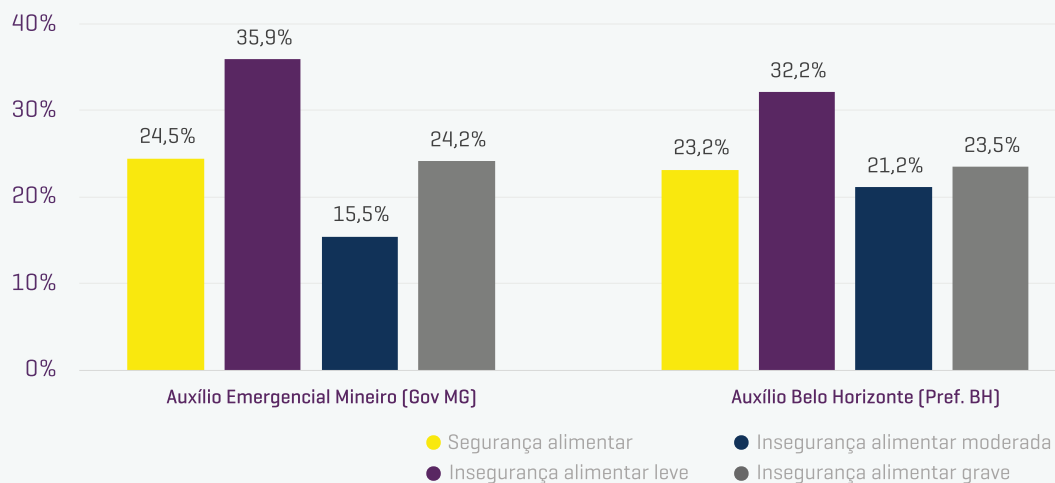
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por recebimento de benefícios e direitos sociais em âmbito federal, Belo Horizonte - MG 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 2 não souberam responder sobre a Aposentadoria; 29 não souberam responder e 2 não responderam sobre o BPC; 6 não souberam responder e 1 não respondeu sobre o Seguro-Desemprego; 6 não souberam responder sobre o Auxílio Brasil; 30 não souberam responder sobre o Auxílio Emergencial (governo federal); 10 não souberam responder sobre o Bolsa Família (em 2022).

Gráfico 28

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistados/as, por recebimento de benefícios em âmbito estadual e municipal, Belo Horizonte - MG 2022.



Nota: 27 pessoas não souberam responder ou não responderam as questões de segurança alimentar; 35 não souberam responder e 4 responderam sobre o Auxílio Belo Horizonte; 16 não souberam responder sobre o Auxílio Emergenciais Mineiro. Fonte: Dados de pesquisa.

◆ Considerações finais

Não surpreende que a situação municipal de Belo Horizonte não destoava muito do que as pesquisas nacionais vêm mostrando: que o fenômeno da fome e da insegurança alimentar, moderada e leve, é uma realidade que afeta mais da metade da população. Nossa pesquisa demonstrou que em Belo Horizonte, os percentuais de insegurança alimentar leve, moderada e grave eram, respectivamente, 30,1%, 12,4% e 13,2%.

Baseando-se em uma amostra representativa, os dados também reforçam que a insegurança alimentar não se trata de um fenômeno indiferenciado. Falamos de desigualdades alimentares como categoria analítica que evidencia que a insegurança alimentar afeta diferentemente as pessoas segundo seu posicionamento na estrutura social: em categorias sociais como sexo ou gênero, raça ou cor, faixa de idade, renda e classe social. Dessa forma, vê-se que os percentuais de insegurança alimentar (somados os níveis leve, moderada e grave) se apresentam mais altos em domicílios cuja única responsável é do sexo feminino (63,3%) ou pessoa de raça ou cor parda (57,3%) e preta (68,4%). Também é maior nas residências habitadas por crianças de até 4 anos (66,9%) ou crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (64,7%).

As variáveis de econômicas (baseadas na renda, classe e acesso à benefícios, principalmente, assistenciais) demonstraram uma forte correlação entre baixa renda e insegurança alimentar. Em domicílios que dispunham de renda per capita equivalente a até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (que representa, R\$ 303,00) o percentual de insegurança alimentar era de (86,9%), entre os de classe D+E alcançou 75% deles. Em se tratando dos domicílios que tiveram ao menos um dos moradores como beneficiário/a do Auxílio Brasil, o número chega a 79,2%.

Os resultados dessa pesquisa podem contribuir com o campo de debate sobre ações e políticas municipais de segurança alimentar, conduzindo caminhos para criação e aperfeiçoamento de ações de locais intersetoriais e integradas em diferentes níveis e esferas de poder, assegurando direitos sociais à população que mais precisa e participação popular.

Por fim, somente uma abordagem que considere os efeitos estruturantes das desigualdades entrelaçadas de classe, sexo ou gênero, raça ou cor, e outros vetores de desigualdade, poderá fazer frente às desigualdades alimentares, nos níveis municipal, regional, nacional e global.

O banco de dados que subsidiou este trabalho será disponibilizado publicamente uma vez que tenha sido tratado no contexto da pesquisa, considerando a reconhecida prática de embargo de dados para permitir publicações originais pela equipe coordenadora do projeto.

Referências bibliográficas

- Burlandy, Luciene. [2009]. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: Estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo.** *Ciência Saúde Coletiva*. 14(3):851-60.
- Coelho, Stefanie Eugênia dos Anjos Campos; Vianna, Rodrigo Pinheiro de Toledo; Segall-Corrêa, Ana Maria; Pérez-Escamilla, Rafael; e Gubert, Muriel Bauermann. [2015]. **Insegurança alimentar entre adolescentes brasileiros: um estudo de validação da Escala Curta de Insegurança Alimentar.** *Revista de Nutrição* 28 (4): 385-395. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rn/a/nwd5mCGmcd8jhFvdKmRZK-gy/?lang=pt>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.
- El-Dash, Neale Ahmed. [2010]. **Avaliação metodológica das pesquisas eleitorais brasileiras.** Tese [Doutorado em Estatística] - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Galindo, Eryka; Teixeira, Marco Antonio; De Araújo, Melissa; Motta, Renata; Pessoa, Milene; Mendes, Larissa; e Rennó, Lúcio. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.** Food for Justice Working Paper Series, no. 4 [2a ed.]. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813.2>. Acesso em: 11 maio 2022.
- Grisa, Cátia; e Zimmermann, Silvia. [2015]. **Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA).** *Agroalimentaria* [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/157337>. Acesso em: 09 de dezembro de 2022.
- Hirai, Wanda Griep; e Anjos, Flávio Sacco dos [2007]. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil.** Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/2322/3251>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.
- Hoffmann, Rodolfo. [2013]. **Determinantes da insegurança alimentar no Brasil em 2004 e 2009.** *Segurança Alimentar e Nutricional*. [2013]. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 219-235, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634599>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. [2020]. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento.
- Macedo, Dione Chaves de; Teixeira, Estelamar; Jerônimo, Marlene; Barbosa, Ozeni; Oliveira, Maria Rita. [2009]. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/a_construcao_da_politica_de_seguranca.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. [2014]. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.** Estudo Técnico N. 01/2014. [Brasília].
- Panigassi, Giseli; Segall-Corrêa, Ana Maria; Marin-León, Letícia; Pérez-Escamilla, Rafael; Sampaio, Maria de Fátima; e Maranhã, Lucia Kurdian. [2008]. **Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional.** *Cadernos de saúde pública*, 24, 2376-2384.
- Pinheiro, Anelise Rizzolo de Oliveira. [2009]. **Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar e nutricional [2003-2006]: atores, idéias, interesses e instituições na construção de consenso político.** Tese [Doutorado em Política Social] - Universidade de Brasília/UnB, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8168>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania E Segurança Alimentar E Nutricional [REDE PENSSAN] [2021]. **I VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Olhar para a Fome. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

_____ [2022]. **II VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Olhar para a Fome. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

Santos, Leonardo Pozza dos; Lindemann, Ivana Loraine; Motta, Janaína Vieira dos Santos; Mintem, Gicele; Bender, Eliana; e Gigante, Denise Petrucci. [2014]. **Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.** Revista de Saúde Pública 48 [5]: 783-789. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/m4WdfKXNhLfXtc3b8fpQg6D/?lang=pt>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

Santos, Wanderley Guilherme [2017]. **A Democracia Impedida. O Brasil no século XXI.** Rio de Janeiro: FGV.

Segall-Corrêa, Ana Maria, e Letícia Marin-Leon. [2009]. **A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional.** Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

Teixeira, Marco; Motta, Renata e Galindo, Eryka [2021]. **Insegurança alimentar no Brasil em tempos de pandemia.** LASA Forum, 52:4, 40-44. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol52-issue4/Dossier-5.pdf>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

The United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF). [2020]. **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes – Relatório de análise 1ª Onda.** Ibope – Inteligência. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

_____ [2021]. **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes – Relatório de análise 2ª Onda.** Ibope – Inteligência. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

ANEXO

Tabela de Planejamento e execução amostral

Variável	Estrato	Planejado	Realizado
Sexo	Homem	47%	46%
	Mulher	53%	54%
Idade	18 a 19 anos	3%	3%
	20 a 24 anos	9%	11%
	25 a 29 anos	10%	11%
	30 a 39 anos	21%	20%
	40 a 49 anos	17%	17%
	50 a 59 anos	17%	16%
	60 anos ou mais	23%	21%
Região do Município	Venda Nova	11%	11%
	Norte	9%	10%
	Nordeste	12%	11%
	Pampulha	10%	10%
	Leste	10%	10%
	Noroeste	11%	11%
	Centro-Sul	12%	13%
	Oeste	13%	12%
	Barreiro	12%	12%



COORDENAÇÃO:



Freie Universität  Berlin



UNIVERSITÄT
HEIDELBERG
ZUKUNFT
SEIT 1386

FINANCIADO POR:



Bundesministerium
für Bildung
und Forschung